

Tendo em vista o contexto do município e as metas estabelecidas no PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a Diretoria de Educação de Cajamar convidou a Ação Educativa, em 2003, para estabelecer uma parceira que subsidiasse o processo de formação e elaboração das diretrizes para a EJA. A princípio a assessoria dirigiu-se à formação continuada de professores e da equipe técnica com foco em três aspectos: diagnóstico do perfil, das práticas pedagógicas e demandas dos profissionais da educação; diagnóstico do perfil dos estudantes; e estudo sobre os fundamentos da EJA, segundo os novos marcos legais para essa modalidade de ensino.

Da formação das equipes técnicas e professores, a proposta inicial foi sendo ampliada, envolvendo os estudantes e a comunidade no debate sobre a EJA necessária e adequada ao município. Nesse processo contou-se com o apoio da Fundação Abrinq e da Natura, agregando-se ainda parceiros como os Programas Mata Nativa e Cidadão em Movimento. Essa configuração plural diversificou os âmbitos de trabalho e estudo, bem como os resultados alcançados por todos.

O projeto Compartilhando Experiências, Elaborando Propostas, implementado na segunda etapa do processo de formação, teve como finalidade organizar um conjunto de ações que favorecesse a construção e implementação de uma proposta educativa comprometida com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população atendida. A proposta foi elaborada de modo coletivo e contou com a participação de todos os envolvidos diretamente.

Neste caderno, sistematizam-se as diretrizes e propostas coletivas produzidas durante o processo de formação continuada de docentes e equipes técnicas, orientados pela Ação Educativa, entre 2003 e 2005.



Diretrizes e orientações curriculares. Subsídios para a organização da educação de jovens e adultos

Realização



Apoio



Apresentação

Este segundo caderno (Diretrizes e Orientações Curriculares), apresenta um breve histórico da EJA em Cajamar e de que forma este processo se traduziu em Projeto de Formação. Como uma resposta que vem se constituindo, se organizando e buscando soluções enquanto cresce a nossa compreensão desta realidade educativa, demanda urgente na sociedade brasileira.

A construção do Plano Municipal de Educação, coordenado pela Diretoria de Educação e aprovado pela Câmara Municipal em dezembro de 2003 deu, inicialmente, novo impulso à organização da EJA na cidade. Na ocasião foram criadas comissões com participação dos mais diversos segmentos da sociedade: representantes dos três poderes, dos Conselhos Municipais, empresas, Associações e Igrejas, pais, uma ONG e uma entidade de classe, além de ampla representação de profissionais da Educação. Estas comissões temáticas, participaram de reuniões, fóruns e seminários, além de receberem legislação pertinente a fim de debater e encaminhar propostas que levassem em conta a realidade local e os anseios da população quanto aos processos educativos escolares.

Especialmente no que tange à Educação de Jovens e Adultos o Plano apontou a necessidade de atendimento por meio de cursos presenciais. Naquele momento, a oferta de EJA na cidade atendia apenas ao 1º segmento (correspondente à 1ª a 4ª séries) e oferecia cursos semipresenciais para os que necessitavam concluir o Ensino Fundamental. Alunos participantes alegavam que, por terem ficado muitos anos fora da escola, apresentavam grande dificuldade em acompanhar as aulas em tele-salas, e as taxas de abandono evidenciavam este fato. Assim, o segundo passo dado foi a abertura de outras

unidades escolares, ampliando em quase quatro vezes o número de vagas ofertadas para a EJA.

Temos buscado consolidar um discurso comum, dando visibilidade às diretrizes que desde o início nortearam a implantação e o desenvolvimento do Projeto, inspirados nos mesmos princípios e metas que nortearam a construção do Plano Municipal. Também tomamos por referência os debates nacionais e internacionais que hoje se fazem em torno desta modalidade ensino, trazidos até nós pela assessoria da Ação Educativa. Adotar o princípio da educação como um direito da pessoa humana e que se dá ao longo de toda a vida, corresponde aos esforços dedicados por esta administração a organização da EJA nas escolas do município.

Esperamos que este Caderno seja mais que um documento e um marco de nossa trajetória. Que signifique um instrumento de trabalho especial porque somos co-autores do processo nele retratado e ainda em construção.

Nossos agradecimentos especiais à Natura, à Fundação Abrinq, ao grupo Cidadão em Movimento, à Mata Nativa, aos estudantes, professores e às equipes técnicas das escolas, parceiros incansáveis em dividir conosco essa tarefa gigante, em desafio e importância!!!

Messias Cândido da Silva
Prefeito Municipal

Lúcia Maria de Carvalho
Diretora de Educação

Cajamar, julho de 2005

Projeto Compartilhando Experiências, Elaborando Propostas

Coordenação Editorial

Marcia Cristina de Oliveira
Claudia Lemos Vóvio

Texto

Marcia Cristina de Oliveira
Claudia Lemos Vóvio

Colaboração

Patrícia Silva Costa Furtado

Capa e Projeto Gráfico

SM&A Design

Revisão

Solange Gonçalves Guerra Martins

Fotografia

Nivaldo Honório da Silva

Direitos Autorais

Ação Educativa
Diretoria Municipal de Educação
de Cajamar | SP

Prefeitura do Município de Cajamar

Messias Cândido da Silva

Diretoria Municipal de Educação

Lúcia Maria de Carvalho

Assessoria - Diretoria Municipal de Educação

Neiva Aparecida Moraes Garrido

Coordenação - Educação de Jovens e Adultos

Patrícia Silva Costa Furtado

Escolas participantes

EMEF Prof. Antonio Carlos de Carvalho
EMEF Demétrio Rodrigues Pontes
EMEF Profª Lucy Aparecida Bertoncini Macias
EMEF Profª Maria de Lourdes Mattar
EMEF Profª Maria Elce Martins Bertelle
MEIEF Profª Odir Garcia Araujo
EMEF Profª Veneranda de Freitas Pinto

Parceiros

Cidadão em Movimento
Mata Nativa

Diretoria Municipal de Educação

Av. Pedro Celestino Leite Penteadado, 994
Cajamar - SP - CEP 07760-000
F: 11 4447 3035 | 4447 6349
www.cajamar.sp.gov.br
e-mail: eduassessoria@ig.com.br

Ação Educativa

R. General Jardim, 660 - Vila Buarque
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01223-010
F: 5511 3151 2333
www.acaoeducativa.org

Sumário

Apresentação	01
1 Contexto e desafios	05
2 Princípios em prática	09
3 Diretrizes	13
3.1 Conectar a educação de pessoas jovens e adultas às necessidades básicas	14
3.2 Flexibilizar os programas e propostas educativas	15
4 Propostas educativas e dimensões	19
4.1 Ambiente educativo	21
4.2 Currículo	21
4.3 Avaliação	22
4.4 Formação de professores	23
5 Compartilhando experiências, elaborando propostas: algumas considerações	25
Complementos	29
Ampliando o conhecimento	30
Notas	31
Legislação e documentos de interesse	32
Referências	32

“As escolas democráticas, como a própria democracia, não surgem por acaso. Resultam de tentativas explícitas de educadores colocarem em prática os acordos e oportunidades que darão vida à democracia. (...) Esses acordos e oportunidades envolvem duas linhas de trabalho. Uma é criar estruturas e processos democráticos por meio dos quais a vida escolar se realize. A outra é criar um currículo que ofereça experiências democráticas aos jovens.”

(Apple e Beane, 1997)

Contexto e desafios



1

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Cajamar, São Paulo, não se diferencia da realidade encontrada, via de regra, nos sistemas públicos de ensino do Brasil. Para atender pessoas jovens e adultas sem ou com pouca escolarização, conta com cursos de suplência presenciais (segundo segmento do ensino fundamental), e mais recentemente as tele-salas, organizados pela rede estadual de educação; cursos de alfabetização e cursos de suplência presenciais (primeiro e segundo segmentos do ensino fundamental), pela rede municipal de educação.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (DCNs EJA, 2000), esse cenário vem se transformando no município. Assumida como modalidade da educação básica, essa legislação lança os princípios e os parâmetros por meio dos quais a EJA deve ser organizada e ofertada pelas Unidades Escolares (UEs) do sistema público.

“ Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. ”

(LDB 9.394/96, art. 37, parágrafo 1)

A conquista desse direito corresponde a pelo menos meio século de luta política da sociedade civil organizada, ao acúmulo do conhecimento construído nas diferentes áreas das ciências humanas, bem como nas propostas dos Movimentos Populares. Entendida na sua amplitude e diversidade, a EJA possui riqueza ímpar, e o maior desafio dos sistemas públicos de educação é conseguir propor e implementar propostas que comportem essa herança e atendam com qualidade e pertinência os jovens e adultos que buscam nas escolas uma oportunidade de estudos.

Em face dessa realidade e em decorrência de compromissos assumidos quando da elaboração do Plano Municipal de Educação de Cajamar (PME 2003), a Diretoria de Ensino deu início a uma política de reorganização da EJA do município com vistas a cumprir as metas¹ previstas, tanto na ampliação da oferta de vagas, como na qualidade da proposta pedagógica a ser desenvolvida nas UEs.

O município de Cajamar conta com uma população de 50.761 habitantes, segundo o Censo Demográfico 2000 (IBGE). Dos residentes com 15 anos e mais, somente 8,7% são considerados analfabetos ou têm menos de um ano de instrução, o que corresponde a 3.075 habitantes. Esse percentual coloca-se abaixo do percentual nacional de analfabetismo, atualmente em 13,6% (IBGE, 2000) para essa faixa etária. Entretanto, reduzir o analfabetismo e garantir o

Programas

1977-1985	1985	1985-1995
Salas do Mobral	Extinção do Mobral e criação da Fundação Educar	Curso de alfabetização

acesso à educação para todos é um grande desafio que vem sendo enfrentado pela gestão municipal a partir da virada deste século.

O quadro 1 mostra a evolução do atendimento nessa modalidade educativa e os esforços que vêm sendo realizados para democratizar o acesso à educação. Em 2004, para além da ampliação

de vagas no ensino fundamental, implementaram-se as turmas de alfabetização* em parceria com o governo federal, Programa Brasil Alfabetizado. O número de estudantes, jovens e adultos, matriculados cresceu em mais de quatro vezes; de quatro escolas que ofereciam cursos de suplência, passou-se para sete, e o número de docentes ampliou-se em mais de três vezes.

Quadro 1:
Educação de Jovens e Adultos: números de matrícula
Cajamar-SP (2002-2004)

	2002	2003	2004
Alfabetização			176*
1º segmento do EF	260	364	419
2º segmento do EF	78	223	1.159
Total	338	587	1578
Nº de escolas	4	4	7
Nº de professores	15	39	49

Informações cedidas pela Diretoria de Educação de Cajamar-SP
Censo escolar MEC 2002-2004

2000-2001

Criação do Seja (atendimento ao 1º e ao 2º segmentos do ensino fundamental)



2002-2005

Educação de Jovens e Adultos (atendimento ao 1º e ao 2º segmentos do ensino fundamental)

Além da evolução positiva na oferta de vagas em 2003, foram implementadas ações com vistas a melhorar as condições de trabalho de docentes e o funcionamento da escola:

- a presença de um vice-diretor nas UEs, antes atendida somente por um diretor e um coordenador pedagógico. Essa ampliação das equipes técnicas nas escolas permitiu a permanência constante de um profissional acompanhando e respondendo imediatamente pelas demandas da EJA.
- atendimento ao segundo segmento do ensino fundamental, antes inexistente ou

realizado somente pela rede estadual, ampliando a oferta de vagas e criando condições reais de os jovens e adultos continuarem e completarem o ensino fundamental na rede municipal de ensino.

- a formação em serviço dos professores e equipes técnicas por meio da contratação da Ação Educativa para assessorar o Programa;
- o estabelecimento de convênio FNDE/MEC, visando ao financiamento da EJA, para a formação de professores e para aquisição de materiais didáticos.

Desafios

- Implementar estratégias para lidar com a evasão no ensino fundamental para pessoas jovens e adultas. Em 2003, as taxas de evasão eram de 25,5% para o primeiro segmento do ensino fundamental e 21,7% para o segundo segmento do ensino fundamental. Os dados referentes ao primeiro semestre de 2005, já apontam para o decréscimo desse índice para uma média de 11,8%.
- Cumprir as metas estabelecidas no **Plano Municipal de Educação (PME)**:

1º segmento:

Atendimento até 2005 => 50% da pop.
Atendimento até 2010 => 100% da pop.

2º segmento:

Atendimento até 2005 => 80% da pop.
Atendimento até 2010 => 100% da pop.

- Construção coletiva do Projeto para a EJA do Município.

No caso específico da EJA, várias ações têm sido desencadeadas com vistas à democratização do acesso à escola, à oferta de uma educação de qualidade e ao cumprimento das metas estabelecidas no PME. Destacam-se a implantação de um processo de formação continuada para os profissionais que atuam na EJA, desde 2003, aliada ao processo coletivo de elaboração e definição

de diretrizes que subsidiem a reorganização dessa modalidade do ensino no município.

Neste caderno, sistematizam-se as diretrizes e propostas coletivas produzidas durante o processo de formação continuada de docentes e equipes técnicas, orientados pela Ação Educativa, entre 2003 e 2005.

Princípios em prática



2

“ A assessoria atua como provocadora. Apresenta abordagens conceituais que colocam em questão os modelos convencionais de educação e as práticas por eles orientadas. Em particular, trata de questionar o ponto de partida do fazer educativo, tradicionalmente situado nos saberes das disciplinas escolares e não nas necessidades básicas das comunidades em que se realizam os trabalhos educativos. (...). Prioriza afirmá-los [os profissionais da educação] como capazes de criar e aumentar sua autoconfiança. Por isso, procura sistematizar o conjunto do que consideram suas melhores práticas e possibilita visualizar o quanto esses esforços são partilhados pelo grupo de agentes dos centros educativos de que fazem parte. A metáfora utilizada é a do garimpeiro, que busca a pepita, no caso aquilo que foi feito, de que o educador se orgulha. O que deixou de ser feito ou que foi mal feito, virtual objeto de crítica, é apenas cascalho. ”

(Elie Ghanem e Claudia Vóvio, 2003)²

Tendo em vista o contexto do município e as metas estabelecidas no PME, a Diretoria de Educação de Cajamar convidou a Ação Educativa, em 2003, para estabelecer uma parceira que subsidiasse o processo de formação e elaboração das diretrizes para a EJA. A princípio a assessoria dirigiu-se à formação continuada de professores e da equipe técnica com foco em três aspectos: diagnóstico do perfil, das práticas pedagógicas e demandas dos profissionais da educação; diagnóstico do perfil dos estudantes; e estudo sobre os fundamentos da EJA, segundo os novos marcos legais³.

Da formação das equipes técnicas e professores, a proposta inicial foi sendo ampliada, envolvendo os estudantes e a comunidade no debate sobre a EJA necessária e adequada ao município. Nesse processo contou-se com o apoio da Fundação Abrinq⁴ e da Natura⁵, agregando-se ainda parceiros como os Programas Mata Nativa⁶ e Cidadão em Movimento⁷. Essa configuração plural diversificou os âmbitos de trabalho e estudo, bem como os resultados alcançados por todos.

O projeto Compartilhando Experiências, Elaborando Propostas⁸, implementado na segunda etapa do processo de formação, teve como finalidade organizar um conjunto de ações que favorecesse a construção e implementação de uma proposta educativa comprometida com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população atendida. A proposta foi elaborada de modo coletivo e contou com a participação de todos os envolvidos diretamente.

Tomou-se como desafio coletivo superar o modelo que tradicionalmente se organiza a partir dos referenciais curriculares e das orientações pedagógicas do ensino regular para crianças e adolescentes, que desconsidera, em grande medida, as especificidades e necessidades de aprendizagem de grupos atendidos pela EJA.

A dinâmica adotada compreendeu a ação reflexiva de todos os segmentos envolvidos sobre as condições, problemas e desafios da EJA nos cenários nacional e local. Os eixos que deram o suporte a essa análise crítica se fundamentaram na legislação, nas funções e nos papéis dessa modalidade educativa, estabelecidos nas Diretrizes Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, bem como nos saberes produzidos sobre a organização e o desenvolvimento curricular, nos processos de ensino e aprendizagem de pessoas jovens e adultas e nas especificidades das áreas de conhecimento

pertinentes ao ensino fundamental. Como ponto de partida para o processo de reflexão, reformulação e reestruturação da EJA de Cajamar também foram considerados os saberes produzidos no exercício docente, as práticas e as experiências já desenvolvidas pelos professores. Esse conjunto de referenciais tem possibilitado a formulação de propostas pautadas por um novo modelo de funcionamento e organização dessa modalidade educativa.

Partiu-se do pressuposto de que para contemplar as necessidades de um grupo tão heterogêneo, com histórias escolares e de vida tão distintas como as pessoas jovens e adultas que buscam iniciar ou completar seus estudos no ensino fundamental, é preciso incluir um conceito amplo de educação que promova a identificação e satisfação das necessidades básicas dessas populações, não se restringindo a modelos escolares e a práticas tradicionalmente desenvolvidas nesses âmbitos.

As principais referências para a realização desse projeto de assessoria têm origem em proposições consagradas na Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos⁹ (Jomtien, 1990), em especial três grandes contribuições. A primeira é a assunção de um conceito amplo de educação, considerando seu início com o nascimento e sua duração ao longo de toda a vida. Duas conseqüências importantes dessa visão são o fato de que as pessoas, inclusive os professores, estão permanentemente se estudando, e a educação não se restringe ao que ocorre no âmbito escolar.

A segunda contribuição é a colocação da aprendizagem no lugar central da abordagem educativa, antes ocupado pelo ensino. Ser coerente com essa mudança de enfoque implica redirecionar as atenções para criar múltiplas e variadas oportunidades de aprendizagem, em vez

de dedicar esforços a realizar práticas de ensino naturalizadas. Também obriga a valorizar aquilo que se aprende, independentemente da intenção de quem ensina, assim como os saberes prévios às situações de ensino.

Finalmente, a terceira, refere-se à importância de conectar educação e necessidades básicas das populações. Afirmar isso significa questionar que a oferta educacional seja automaticamente a resposta a essas necessidades e que elas sejam de todo evidentes. Não basta se escolarizar para exercer cidadania, tampouco para se integrar à sociedade, ainda que tenhamos em vista apenas o empregar-se no mercado de trabalho.

Tais princípios foram concretizados por meio de um conjunto de atividades realizadas no período de 2003 a 2005:

- Formação continuada de equipes técnicas e professores das unidades escolares;
- Curso de aperfeiçoamento profissional docente;
- Atividades de formação para os estudantes, com os agentes culturais;
- Seminários;
- Sistematização;
- Formação do grupo de agentes culturais para atuar nas escolas, junto aos estudantes;
- Formação das equipes de formadores da Ação Educativa;
- Formação da equipe técnica da diretoria para o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos nas escolas;

- Registro fotográfico dos processos e encontros de formação;
 - Registro audiovisual (vídeo) de atividades de culminância do projeto;
 - Orientação e acompanhamento das ações de planejamento das atividades do 1º semestre de 2005, com professores e equipes técnicas.
- 1.608 estudantes, 20 profissionais da Ação Educativa (coordenação, formadores e apoio), 33 agentes culturais (2 coordenadoras do grupo Cidadão em Movimento), 1 profissional da Mata Nativa (coordenadora), 1 profissional da Natura (apóia e coordena o grupo Cidadão em Movimento).

Estiveram envolvidos e atuando ao longo do percurso: 64 professores, 14 profissionais das Equipes Técnicas das Escolas, 8 profissionais da Equipe Técnica da Diretoria de Ensino,

Os resultados alcançados estão diretamente relacionados à atuação e à dedicação desse grupo de pessoas e aos esforços de todos os envolvidos. Fosse outras as condições ou outros os atores, também outro seria o desenho para a EJA da Cajamar.



Diretrizes



3

No processo de formação desencadeado até o presente momento, foram consensuados princípios, ou melhor, um conjunto de orientações que devem ser consideradas pelas escolas e seu coletivo de atores no momento de elaborar planos, projetos de trabalho, ações, bem como na forma com que organizam sua estrutura e funcionamento. Fontes de inspiração e eixo fundante das propostas, as diretrizes educativas aqui relacionadas foram estudadas e ressignificadas junto com todos os profissionais da educação e o conjunto de estudantes. Além dessas, outras foram elaboradas em meio ao processo de formação ou na aplicação de projetos e planos de trabalho por professores.

3.1 Conectar a educação de pessoas jovens e adultas às necessidades básicas

Organizar as escolas públicas para que atendam com qualidade os jovens e adultos segundo suas Necessidades Básicas de Aprendizagem (NEBAs), é uma tarefa complexa. Demanda primeiro a

criação de um consenso entre os sujeitos que conformam o universo escolar (e o sistema) em torno do que vem a ser uma concepção ampliada de educação, de qual é a função social da escola e sobre quais práticas pedagógicas favorecem a formação dos sujeitos nessa perspectiva. Demanda, ainda, que se fortaleça e subsidie o coletivo da escola a fim de se estabelecerem compromissos com a criação e implantação de propostas e projetos inovadores na EJA.

Conectar a educação às necessidades básicas tem como pressupostos, também, a busca de complementaridade aos processos educativos que ocorrem na escola a outros âmbitos. Significa vincular iniciativas educativas formais (como a da escola) com as informais (as comunitárias ou levadas a cabo por outros setores institucionalizados, como a saúde e a cultura, por exemplo). Decorre dessa perspectiva o reconhecimento de que, para além de aprendizagens planejadas, outras tantas ocorrem mediante a interação entre pares e com o conhecimento.

Tal orientação traz as seguintes implicações na formulação de propostas educativas para pessoas jovens e adultas:

- Propostas educativas universais e prontas não são respostas que dão conta de realidades, contextos específicos e territorialidade nos quais se desenvolvem. Propostas para educação de jovens e adultos nascem do diagnóstico das necessidades básicas de aprendizagem singulares (relativas aos ciclos de vida dos estudantes, aos grupos sociais a que pertencem e às realidades locais em que estão inseridos), é um esforço coletivo feito em diálogo com todos os envolvidos, para juntos definirem a maneira pela qual

a educação pode contribuir para satisfazer tais necessidades.

- A principal função das ações educativas constitui-se no processo de apropriação e tomada de consciência das necessidades ou de direitos violados, tendo como fim à mobilização para a busca de soluções de cada segmento envolvido.
- As necessidades básicas de aprendizagem compreendem “tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores

e atitudes) indispensáveis para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo” (Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos, Jomtien, 1990).

- A prática educativa compõe-se de uma ação conjunta de professores e estudantes e de uma intervenção pactuada em certos aspectos da realidade de que ambos fazem

parte. A aprendizagem, então, constitui-se num processo de intervenção e mudança.

- A superação de preconceitos, receios mútuos e desconhecimentos sobre as ações educativas que se desenvolvem fora da escola, na comunidade, e sobre os agentes que as realizam (professores e agentes comunitários).
- Uma abordagem coletiva, racional e negociada sobre o que será enfrentado e as formas pelas quais isso será feito.

3.2 Flexibilizar os programas e propostas educativas

“ Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

- quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades perante o direito à educação;
- quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares diante das necessidades próprias da EJA com espaços e tempos, nos quais as práticas pedagógicas assegurem para seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. ”

(DCNs EJA, 2000, art. 5)

Considerando esses parâmetros, também já faz parte do acúmulo da área que a diversidade (etária, interesses, motivações, conhecimentos prévios, disponibilidade cultural, condição social) é um aspecto constituinte do público que frequenta os diferentes programas de EJA, daí a necessidade de se pensar em projetos e programas também flexíveis, de modo que possam contemplar as demandas dos estudantes.

Decorre desse princípio geral uma série de orientações para elaboração de propostas educativas.

As propostas orientam-se para



Superar o paradigma compensatório por meio de equidade educativa



Articular as aprendizagens pretendidas com a formação política para a cidadania moderna



Implicações



Considerar as diversas necessidades, biografias educativas e conhecimentos prévios dos jovens e adultos, adquiridos em processos de escolarização ou em outros contextos formativos.

Organizar a progressão da aprendizagem a partir das especificidades dos grupos atendidos (idades, variações socioculturais, características e estilos cognitivos de jovens e adultos pouco escolarizados).

Adotar uma perspectiva interdisciplinar e contextualizada na organização das turmas, tempos e atividades, bem como na seleção de conteúdos e priorização de aprendizagens.

Tratar de assuntos e problemas relacionados aos interesses e às necessidades educativas de pessoas jovens e adultas e das comunidades em que estão inseridas (a articulação entre conteúdos das diversas áreas do conhecimento e as aprendizagens necessárias à intervenção na sociedade).



Conceber propostas orientadas pelo respeito à dignidade da pessoa humana, à diversidade cultural, à igualdade de direitos, à participação e co-responsabilidade pela vida social. Promover a participação e mobilização com vistas à resolução de conflitos em situações-problema entendidas como afetando a todos, à cooperação e ao trabalho em equipe, à mobilização de todos em processos de tomada de decisão, ao estabelecimento de diálogo e negociação, à análise e compreensão de problemas sociais e locais, à sistematização de idéias, de processos e de resultados de modo coletivo, entre outros.



(continua na página 17)

Articular propostas e programas educativos com as questões do mundo do trabalho



Abarcar a formação científica e tecnológica para compreender as mudanças na economia e na dinâmica atual do mercado de trabalho.

Promover o estudo sobre as relações de trabalho ao longo da história e suas peculiaridades geográficas para compreender as relações de trabalho atuais.

Abordar conteúdos e aprendizagens que permitam a incorporação ao mundo do trabalho com melhores condições de desempenho e participação.



Articular a temática do desenvolvimento sustentável com as temáticas da formação e das diretrizes para a EJA



Contemplar a problemática socioambiental.

Mobilizar a comunidade para o compromisso com a preservação do meio ambiente.

Promover o desenvolvimento e consumo responsável.



Considerar os aspectos cognitivos e motivacionais que dão sustentação ao processo de aprendizagem de jovens e adultos



Identificar as representações dos estudantes sobre o objeto de estudo e sobre seu próprio processo de aprendizagem, fomentando a auto-análise e a valorização de seus saberes.

Propiciar a comparação por parte dos estudantes daquilo que já sabem com o que será aprendido, promovendo a busca de informações, conhecimentos e procedimentos necessários para empreender novas aprendizagens.

Fomentar a explicação, pelos estudantes, por diferentes formas (oral, escrita, desenhos e esquemas), dos procedimentos que eles utilizam para solucionar situações-problema, desenvolvendo a capacidade de pensar sobre o próprio pensamento.



Abordar temas emergentes da cultura contemporânea



Incluir uma variedade de temas considerados relevantes e de interesse pelos estudantes, a fim de que possam compreender a sociedade da qual fazem parte e buscar soluções para problemas que afetam a vida de todos.



Propostas educativas e dimensões



4

No desenvolvimento de propostas educativas coerentes com as diretrizes apresentadas anteriormente, há que se delinear objetivos gerais que inspirem sua elaboração. Esses objetivos

consensuados entre todos os diretamente envolvidos nessa modalidade educativa guiam as ações pedagógicas empreendidas no âmbito da escola e os resultados dessas ações.

Objetivos gerais da EJA¹⁰

Espera-se que estudantes jovens e adultos sejam capazes de:

- Dominar instrumentos básicos da cultura letrada, que lhes permitam melhor compreender e atuar no mundo em que vivem.
- Ter acesso a outros graus ou modalidades de ensino básico e profissionalizante, assim como a outras oportunidades de desenvolvimento cultural.
- Incorporar-se ao mundo do trabalho com melhores condições de desempenho e participação na distribuição da riqueza produzida.
- Valorizar a democracia, desenvolvendo atitudes participativas, conhecer direitos e deveres de cidadania.
- Desempenhar de modo consciente e responsável seu papel no cuidado e na

educação das crianças, no âmbito da família e da comunidade.

- Conhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira, respeitar diferenças de gênero, geração, raça e credo, fomentando atitudes de não-discriminação.
- Melhorar a auto-estima, fortalecer a confiança na sua capacidade de aprendizagem, valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social.
- Reconhecer e valorizar como patrimônios culturais da humanidade os conhecimentos científicos e históricos, mas também a produção literária e artística.
- Exercitar sua autonomia pessoal com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais.

Também é preciso incluir na elaboração de propostas pelo menos quatro grandes dimensões. A primeira delas refere-se à constituição de ambientes propícios para que as propostas possam ser desenvolvidas. Isso requer a revisão do espaço escolar, seu funcionamento

e sua organização. A segunda refere-se ao currículo que abrange a seleção e organização do conhecimento que se ligam às necessidades básicas de aprendizagem. A terceira refere-se ao grande desafio de estabelecer um processo de formação permanente de professores, no sentido

de promover aprendizagens relevantes para sua atuação profissional e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas, que respondam a um conceito amplo de educação e às demandas educativas dessa modalidade. A última diz respeito à avaliação estratégia que, simultaneamente, oferece indicadores sobre os processos de aprendizagem dos estudantes e sobre os resultados e impactos da formação dos professores e das propostas desenvolvidas nas UEs.

A seguir nos deteremos em cada uma dessas dimensões.

4.1 Ambiente Educativo

Coerentes com essas diretrizes, é preciso repensar o espaço, a organização e o funcionamento da escola, bem como as condições de trabalho dos profissionais da educação. A escola deve se constituir num lugar onde as pessoas possam criar uma identidade coletiva e desenvolver atitudes de mobilização e participação. Concorre para isso a definição de horários flexíveis de funcionamento, dando oportunidades diversificadas para a ocupação do espaço, em função das singularidades dos grupos atendidos para o desenvolvimento de atividades coletivas, como reuniões, assembléias, trabalhos em equipes.

Ambiente no qual estejam disponíveis à comunidade recursos diversos para o desenvolvimento de projetos comuns (mobiliário, papelaria, equipamentos e outros) e acervos com variadas fontes de informação e abrangendo várias linguagens.

Assumindo-se uma visão ampla da educação, é preciso estabelecer parcerias da escola com outras instituições, organizações comunitárias e espaços educativos informais do município e seu redor. Aliar a educação formal a aquela que ocorre em outros âmbitos exige um mapeamento do que acontece

na comunidade em que as UEs estão inseridas e das ações educativas desenvolvidas localmente.

4.2 Currículo

Compreende-se o currículo como o conjunto de conhecimentos, saberes, atitudes, relações e valores socialmente relevantes existentes na dinâmica da cultura escolar. Ao assumir um conceito amplo de educação, considerando seu início com o nascimento e sua duração ao longo de toda a vida, destacamos algumas conseqüências importantes na elaboração de propostas curriculares para EJA: a consideração de que as pessoas constroem conhecimentos antes mesmo de ingressar na escola, estão permanentemente se estudando em diversos âmbitos sociais e a educação não se restringe ao que ocorre no âmbito escolar.

“ Adotar essa visão ampla de currículo e conteúdos curriculares implica não limitá-los ao currículo explícito, assumir a existência do saber comum e a necessidade de incorporá-lo ao saber elaborado no processo de ensino aprendizagem e entender, enfim, a mudança de conteúdos não somente como mudança nos planos e programas de estudo, mas no “saber escolar” e na “cultura escolar” num sentido mais amplo. ”

(Torres, 1995, p. 15)

Para além desse conjunto, numa concepção ampla de currículo também é preciso realocar a aprendizagem como central no processo educativo. Um currículo coerente com essa orientação deve ter como pergunta fundamental: o que os estudantes precisam aprender? Ou ainda, quais aprendizagens são fundamentais para que esses sujeitos participem de modo pleno na sociedade da qual fazem parte? Implica criar múltiplas e variadas oportunidades de

aprendizagem, em vez de dedicar esforços a realizar práticas de ensino naturalizadas e presas em grades curriculares. Também enfatiza o que se aprende, independentemente da intenção de quem ensina, assim como os saberes prévios às situações de ensino.

Um currículo fundado numa visão ampla de educação, que se conecta às necessidades básicas das populações é flexível e nasce com base na reflexão compartilhada entre todos os envolvidos. Construí-lo significa questionar a oferta de modelos e propostas prontas. Desafio a ser enfrentado pelos sistemas de ensino e programas que atendem à EJA.

4.3 Avaliação

“ A reflexão sobre por que e para quem avaliamos, sobre o que e como avaliamos, assim como sobre a maneira de ensinar os alunos a se avaliarem, é uma das tarefas que mais podem enriquecer o trabalho coletivo de construir um projeto educativo. ”

(Ballester et al., 2003)

Refletir sobre o tema da avaliação exige que se considere, antes de tudo, a concepção de educação que fundamenta os diferentes projetos e programas de EJA. A avaliação nesses programas deve buscar coerência entre os princípios assumidos, os objetivos delineados, bem como as estratégias usadas para concretizá-los em práticas educativas. Assim sendo, a avaliação pode assumir diferentes significados nos contextos educacionais; tantos significados quantos forem os princípios e compromissos assumidos pelos programas. Outro aspecto que influi para que a avaliação adquira vários contornos é o que entendemos por avaliar, a quem a avaliação deve servir e de quem é a responsabilidade por realizá-la.

Na educação escolar a avaliação tem desempenhado ora o papel de medir resultados finais da aprendizagem, ora o papel de classificar. A essa função da avaliação corresponde uma concepção de educação restrita e excludente. O foco se volta somente para os resultados, alcançados ou não, pelos estudantes ao final de um período de ensino. Tem-se apenas um único sujeito a ser avaliado – o estudante; e apenas um objeto – sua aprendizagem.

Esse procedimento pouco ou nada informa sobre os percursos individuais dos estudantes: as dificuldades, os modos de elaboração do conhecimento, os conhecimentos prévios que possuem, aprendizagens outras, também alcançadas no processo. Ainda pouco ou nada informa sobre o modo pelo qual se encaminharam os processos de aprendizagem, que dificuldades o professor pode ter tido, as condições para implementar propostas, as necessidades de formação, apoio e intercâmbio entre colegas, e outros aspectos.

Esse modelo vem se transformando na medida em que a educação passa a ser entendida e defendida como um direito humano e, portanto, direito de todos os sujeitos. Nesse aspecto, a avaliação ganha uma outra dimensão: deve ser ressignificada na perspectiva de informar e formar estudantes e professores para que eles continuem aprendendo, segundo suas necessidades, ao longo da vida.

Nos processos de educação formal, ressignificar a avaliação implica:

- desenvolver estratégias e instrumentos que favoreçam a aprendizagem dos estudantes: este aspecto diz respeito à diversificação das atividades, das linguagens e dos espaços de aprendizagem, a fim de contemplar a singularidade dos estudantes;

- *desenvolver estratégias e instrumentos que permitam acompanhar a aprendizagem dos estudantes: este aspecto diz respeito aos registros que os professores devem produzir sobre os processos vivenciados individualmente ou pelo coletivo de estudantes; a descrição desses processos bem como a reflexão sobre eles propicia ao professor elaborar propostas cada vez mais adequadas de intervenção com o grupo;*
- *envolver estudantes nos processos de avaliação: este aspecto se refere ao objetivo de envolver e formar os estudantes para a autonomia, uma vez que os inicia em um processo de gestão da própria aprendizagem; contratos compartilhados e auto-avaliação são exemplos de atividades que os professores podem realizar com os estudantes.*

4.4 Formação de Professores: ação reflexiva e aquisição de conhecimentos

“ Os docentes incumbir-se-ão de:

- I. *participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;*
- II. *elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;*
- III. *zelar pela aprendizagem dos alunos;*
- IV. *estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;*
- V. *ministrar dias letivos e hora-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;*
- VI. *colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.*”

(LDB 9.394/96, art. 13)

O processo de formação de educadores deve propiciar a mesma educação que se quer para os estudantes. Decorrem desse princípio pelo menos três orientações básicas: o ponto de partida para a formação são os saberes dos professores e suas necessidades de formação; a estratégia para a aprendizagem docente é a ação reflexiva sobre as práticas que empreendem; e o produto da formação são as propostas elaboradas por eles e sistematizadas coletivamente, com o apoio de assessores e equipes técnicas.

O processo de formação, desse modo, é entendido como processo de aprendizagem. Se acreditamos que a EJA deva estar ligada às necessidades básicas da população atendida, o mesmo princípio norteia a formação docente. Se assumirmos uma concepção ampla de educação, é preciso conhecer os professores, as realidades de onde vivem, as concepções educativas que assumem, seus saberes, suas representações sobre os estudantes, a aprendizagem, as áreas de conhecimento, entre outros.

O enfrentamento de situações-problema, nas quais eles possam expor e refletir sobre suas concepções, representações e ações pedagógicas é o motor de formações desencadeadas. Além disso, é por meio delas que os professores podem avaliar a necessidade de buscar novas informações e conhecimentos.

Outra estratégia importante desencadeada nos processos formativos é a ação reflexiva, que envolve a investigação das situações de ensino que se oferecem. Requer método, disciplina, uma procura que se fundamenta em saberes e a interação entre pares e grupos. Essa é uma estratégia fundamental para desenvolver ações de formação permanente. Tem como foco a reflexão sobre a ação e a busca de informações e conhecimentos para superação de problemas enfrentados no fazer pedagógico.

As reuniões pedagógicas são oportunidades para que os professores falem sobre os estudantes, seus interesses, a prática de sala de aula, o planejamento, a avaliação, suas dúvidas e até de suas vidas. Além disso, é o momento no qual eles explicam a razão de como realizaram atividades, analisam os resultados que obtiveram e apresentam a produção de seus estudantes, trocam experiências e refletem sobre elas, planejam novas atividades e estudam sobre temas e conhecimentos que necessitam para inovar e transformar sua ação.

“ A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores, apoiada em:

I. ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;

II. investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;

III. desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática;

IV. utilização de métodos e técnicas que

contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem. ”

(DCNs EJA, art.17)

A partir de estudos, leituras, seminários e debates reelaboram-se modos de atuar, firmam-se acordos, definem-se metas que devem ser utilizadas coletivamente, observadas e avaliadas pelo grupo.

Trata-se de um processo de construção de conhecimentos e de elaboração de propostas pedagógicas. Tomam-se decisões sobre como agir, diagnosticam-se e avaliam-se necessidades de aprendizagem, buscam-se parcerias com outros colegas e profissionais e define-se o que é preciso conhecer. O exercício da escrita tem como função registrar o percurso de aprendizagem do grupo, os acordos firmados, orientações e princípios pedagógicos assumidos coletivamente.

No processo de formação até então desencadeado tem-se assistido a uma procura constante de alternativas para solucionar os desafios do processo de formação de que compartilham. O percurso que traçaram rumo para a formação de profissionais capazes de produzir conhecimentos, de analisar e avaliar suas práticas e ações.



**Compartilhando
experiências,
elaborando
propostas:
algumas
considerações**



5

“ Não inventei nada. (Re)escrevi.
Mas ao (re)escrever talvez ressaltem
algumas idéias novas. ”

(Antônio Inácio, 1996)

O trabalho de parceria entre a Diretoria de Educação de Cajamar e a Ação Educativa, com a proposta de organizar a EJA do município para atender com qualidade os jovens e adultos que querem se escolarizar tem se fortalecido dia a dia, a cada conquista ou novo desafio que surge. Definir a formação como uma política pública, reafirmar o direito de todos à educação e buscar a democratização dos espaços educativos são algumas das principais marcas desse processo.

O Projeto de Formação procurou garantir o envolvimento dos diferentes segmentos que atuam na escola e no sistema, nos diversos momentos e frentes de debate e reflexão sobre a EJA: equipes técnicas, professores, estudantes e comunidade puderam compartilhar suas visões de mundo e de escola com o objetivo de elaborar propostas para a EJA que possam responder às demandas das pessoas e das comunidades. Nesse caso, o que tem estado em pauta é saber até que ponto essa escola consegue responder às necessidades dos segmentos mais carentes da população. Ou, até que ponto essa escola favorece o acesso de todos ao conhecimento socialmente construído, de modo que a população ao acessá-lo possa se desenvolver e enfrentar os desafios de uma sociedade que se apresenta em permanente e acelerada mudança.

Mudar a orientação da EJA, procurando aproximar as práticas pedagógicas dos conceitos e valores mais progressistas, em contraposição ao modelo assistencialista é um desafio gigante que só pode ser vencido em longo prazo, com conquistas modestas, mas permanentes e significativas. Estas

têm sido as virtudes do processo compartilhado com todos os envolvidos.

As mudanças qualitativas e quantitativas que estão em processo nas escolas de EJA do município de Cajamar são perceptíveis por aqueles que, atentos, conseguem observar as conversas, as reuniões, as aulas, o movimento cotidiano de estudantes e professores dentro e fora das salas de aula. Hoje se percebe o que não se via nesses ambientes (UEs): um grupo, a EJA, pensando-se, organizando-se, questionando-se; crescendo, ganhando espaço intra e extra escolar, e qualificando estes espaços em que se desenvolve.

Não tem sido um processo uniforme. Em algumas escolas são os estudantes que se mobilizam e lideram o processo com a organização de grêmios, campeonatos e momentos coletivos de lazer. Em outras, as equipes técnicas coordenam, de maneira cada vez mais sistematizada e coerente, o trabalho dos professores e a busca de parcerias que favoreçam os projetos pedagógicos. Em outras vemos os professores mais experientes mobilizados, liderando a elaboração interdisciplinar de seus planos e propostas e buscando levantar com os estudantes aquilo que necessitam e/ou gostariam de ver abordado nas aulas. Em outras, ainda, a comunidade se aproxima e experimenta esse espaço misterioso, antes ocupado somente pelos profissionais da educação.

São conhecimentos novos colocados em pauta; estratégias e metodologias diferenciadas sendo experimentadas; o novo e o velho convivendo na transição. Daí a necessidade de um olhar atento e generoso para que nada escape àquilo que vem sendo elaborado ainda com muita fragilidade.

Pela possibilidade de estarmos mantendo a parceria por um tempo mais prolongado que o usual, e por estarmos conseguindo apoios e

outras parcerias, essa iniciativa tem se revelado positiva, promissora e preciosa. Formamos um grupo que já acredita na mudança, consegue compartilhar princípios e tem agido com autonomia para concretizar suas pequenas, mas importantes conquistas.

Olhando para o todo é possível ver o quebra-cabeça sendo montado: cada segmento do sistema e das escolas tem buscado contribuir para compor uma nova realidade para a EJA e para a escola pública como um todo.

O que temos, o trabalho de dois anos de estudos e aprendizagens, dentro das escolas, junto com professores, alunos e comunidade, é um começo. Um excelente começo para um cenário no qual a educação pública é sempre vista como algo precário, sem qualidade, destinada às maiorias carentes da população brasileira.

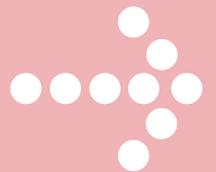
Neste Projeto, “Compartilhando Experiências, Elaborando Propostas”, ousamos inverter a lógica que organiza há séculos a educação escolar: nos colocamos a pensar outras possibilidades de currículo, de distribuição do poder e das tarefas; outras possibilidades para a função social da escola, a escola que recebe jovens e adultos trabalhadores na sua diversidade e com suas demandas; outras possibilidades para o trabalho pedagógico: professores criando propostas e estabelecendo novos canais de comunicação e de formação.

Nesse projeto o conhecimento caminha à procura de um novo lugar: sai de espaços tradicionais como as grades curriculares, históricos escolares e certificados, para ganhar vida nos projetos de estudantes e professores. Para ganhar vida na comunidade e na escola. Este tem sido o investimento dos sujeitos que até agora têm escrito essa etapa da história da EJA do município de Cajamar.





Complementos



Ampliando o conhecimento

A seguir indicamos materiais impressos e audiovisuais que tratam de aspectos referentes ao estabelecimento e implementação de diretrizes para a EJA. Sem a pretensão de esgotar o tema, queremos com isso contribuir para a continuidade das discussões e o fortalecimento das ações que favoreçam a construção de uma escola pública identificada e atenta às reais demandas dos jovens e adultos que retomam os estudos.



- *Escolas democráticas*. Organizado por Michael Apple e James Beane, publicado pela Cortez Editora (1997).

O livro apresenta relatos de experiência sobre diferentes processos de democratização da gestão de escolas públicas nos Estados Unidos. A partir das experiências apresentadas, os autores fundamentam a defesa pela construção da escola pública de qualidade tendo por referência o princípio da democracia.

- *A aventura de inovar: a mudança na escola*. De Jaume Carbonell, publicado pela Artmed, 2002.

O autor discute o conceito de inovação a partir da problematização do atual cenário de reformas educacionais e apresenta um panorama dos diferentes aspectos que compõem a inovação na escola: currículo, formação de professores, projetos educativos e democracia.

- *Que (e como ensinar) é necessário aprender*. De Rosa Maria Torres, publicado pela Papyrus, 1995.

A autora aborda as principais mudanças decorrentes nos sistemas educacionais dos países latino-americanos, em decorrência da Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos. Destaque para a constatação da complexidade do processo de mudança de paradigma, principalmente no que diz respeito ao entendimento do que vem a ser uma concepção ampliada de educação e as implicações para a proposição de um currículo conectado às necessidades básicas de aprendizagem.

- *Para uma educação permanente à roda da vida*. De Antônio Inácio C. Nogueira, publicado pelo Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, 1996.

O autor reflete sobre as políticas e tendências da Educação de Adultos a nível internacional nas últimas décadas e faz uma incursão no Portugal (semi) periférico. Retrata, a traços soltos, alguns aspectos das políticas de Educação de Adultos, salientando facetas mais marcantes da experiência vivida no país. Os currículos recorrentes e as inovações que os informam constituem a ponta que liga os diferentes quadros teóricos apresentados à realização de um projeto de desformalização educativa que põe a vida no centro da escola e constrói a escola À roda da vida.



- *Caderno 3 de Educação de Jovens e Adultos: relatos de uma nova prática – Série Reflexões sobre a Prática Pedagógica na Escola Plural*. Organizada e publicada pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, 1996.

O caderno apresenta relatos de prática sobre os princípios e a organização da EJA no município de Belo Horizonte no contexto da Escola Plural. Trata de apresentar como o Programa busca construir formas cada vez mais democráticas de dar conta do direito dos jovens e adultos trabalhadores à educação e à cultura.

- *Coleção Uma nova EJA para São Paulo*. Organizada e publicada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, DOT/EJA, 2003/2004.

A coleção é composta por seis cadernos de formação que apresentam as diferentes etapas do processo de reorganização e reorientação curricular da Educação de Jovens e Adultos do município de São Paulo. Esse processo teve por princípio o envolvimento e a participação dos diferentes segmentos do universo escolar na discussão e elaboração de propostas para a EJA.

- *Coleção Círculos de Formação*. Organizada e publicada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, DOT/EJA, 2003/2004.

A coleção é composta por oito cadernos de formação que apresentam diferentes temáticas da EJA implementada pelo Mova/SP. Aborda desde a concepção de educação que norteia a alfabetização no movimento popular, passando pelas práticas e registro dos educadores. Também aponta para as aprendizagens e procedimentos esperados em um Programa de Alfabetização.



- *Escola Plural apresenta a EJA*. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, 1996.

O vídeo apresenta, por meio de depoimentos de estudantes, professores e especialistas, os princípios e a organização da EJA no município de Belo Horizonte no contexto da Escola Plural. Ao lado do Seja de Porto Alegre/RS, é uma das experiências exemplares no campo. O percurso apresentado é um retrato dos desafios enfrentados e conquistas alcançadas quando da proposição de uma EJA diferenciada.

- *Movendo Histórias*. Secretaria Municipal de Educação São Paulo: Mova/SP, 2003.

O vídeo apresenta, por meio de depoimentos de educandos, educadores e especialistas, os princípios e a organização da EJA no MOVA/SP. Tem por foco os processos de formação de educadores alfabetizadores, realizados pelas ONGs (IPF,

Ação Educativa, CeCir, Vereda e AEC), ao longo da parceria entre a prefeitura do município de São Paulo, o movimento popular e a sociedade civil organizada.

- **Princípios em Prática. Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.**

O vídeo apresenta por meio das formações e de depoimentos de formadores, educadores e profissionais que atuam na EJA, os princípios e referenciais teóricos que norteiam as propostas e projetos de formação elaborados e implementados pelos profissionais do Programa EJA da ONG Ação Educativa.



- No site da ONG Ação Educativa: www.acaoeducativa.org consulte o banco de dados e de documentação em temas da Educação de Jovens e Adultos e Juventude. Nesse site você pode encontrar textos de autores conhecidos no campo, bem como acessar links de outras instituições e bibliotecas virtuais.

Notas

1. In: *Plano Municipal de Educação do Município de Cajamar*, 2003, p. 30-32.

2. In: *Conseqüências de uma concepção de educação básica na formação de seus educadores*. 2004, p. 42-45.

3. Marcos legais de referência: Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 9394/96; Declaração de Hamburgo; Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos.

4. A Fundação Abrinq é uma organização “amiga da criança”, sem fins lucrativos, que nasceu em 1990 com a missão de promover a defesa dos direitos da criança e do adolescente. Atualmente a Fundação Abrinq beneficia milhões de crianças e adolescentes por meio de suas ações, seus programas e projetos, com ajuda de muitos parceiros. (www.fundabrinq.org.br).

5. A Natura é uma empresa nacional que atua há 35 anos no setor de cosméticos e produtos de higiene. Matem compromisso com a qualidade das relações que estabelece com seus diferentes públicos e com a inovação e o aperfeiçoamento constante de seus produtos e serviços, dentro de um modelo de desenvolvimento sustentável de negócios. Por meio de Programas, como o “Crer para ver”, apóia ações na área social, entre elas a Educação, buscando favorecer a melhoria da qualidade do ensino. (www.natura.com.br).

6. Mata Nativa é uma ONG que atua na área do meio ambiente. Suas ações em Cajamar se relacionam, entre outras, a ações

• Consulte os Acordos Internacionais, Documentos Curriculares e Legislação Educacional consultando o site do Ministério da Educação: www.mec.gov.br.

• Obtenha dados estatísticos, publicações on-line e resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica consultando o site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa: www.inep.gov.br.

• No site organizado pela educadora latino-americana Rosa Maria Torres, você encontrará textos e artigos sobre temas relacionados à educação de jovens e adultos e ao monitoramento de acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário: www.fronesis.org.

• Dados estatísticos populacionais, econômicos e sociais do Brasil, estados e municípios, ver site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE: www.ibge.gov.br.

• Dados estatísticos populacionais, econômicos e sociais de São Paulo e seus municípios, ver site da Fundação Sistema Estadual de Análise de dados – Seade: www.seade.gov.br.

comunitárias que envolvem a discussão de problemas locais; ao debate e à implantação da Agenda 21 e da Agenda 21 Escolar.

7. Cidadão em Movimento é um grupo de agentes culturais, formado por jovens de baixa renda, residentes no município de Cajamar. Com o apoio da Natura e a coordenação de duas arte-educadoras, esse grupo tem se preparado para atuar nas áreas da cultura e da educação.

No projeto “Compartilhando experiências, elaborando propostas desenvolveu atividades culturais e pedagógicas nas escolas com os estudantes da EJA.

8. O projeto “Compartilhando Experiências, Elaborando Propostas” foi elaborado, em parceria com a Diretoria de Ensino de Cajamar, pela ONG Ação Educativa durante o processo de formação dos profissionais que atuam na EJA de do município. Desde agosto de 2004 conta com o apoio da Fundação Abrinq.

9. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos foi elaborada durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jontiem, na Tailândia, em 1990. A Declaração expressa uma nova concepção de educação, bem como o compromisso dos países signatários para a implementação de políticas públicas educacionais voltadas à superação das desigualdades sociais e à construção de uma sociedade mais solidária.

10. In: *Educação de Jovens e Adultos. Ensino Fundamental. Proposta curricular 1º segmento*. 2001.

Legislação e documentos de interesse

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, de 2000.
- Plano Municipal de Educação do Município de Cajamar, de 2003.
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.
- Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, de 1990.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96, 1996.
- Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, de 1997.

Referências

- APPLE, Michael e BEANE, James (Orgs.). *Escolas democráticas*. Tradução Dinah de A. Azevedo. São Paulo: Cortez, 1997.
- ALFABETIZAÇÃO e Cidadania, Revista de Educação de Jovens e Adultos. *Práticas educativas e a construção do currículo*. São Paulo: RAAAB, n. 11, abr. 2001.
- ALFABETIZAÇÃO e Cidadania, Revista de Educação de Jovens e Adultos. *Avaliação*. São Paulo: RAAAB, n. 15, jan. 2003.
- BALLASTER, Margarita et al. *Avaliação como apoio à aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos – segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª séries*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002.
- CARBONELL, Jaume. *A aventura de inovar: a mudança na escola*. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- HADJI, Charles. *A avaliação desmistificada*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- HERNÁNDEZ, Fernando. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- MACEDO, Lino de. *Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos?* Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MURRIE, Zuleika de F. (coord.). *ENCCEJA: livro introdutório: documento básico: ensino fundamental e médio*. Brasília: MEC: INEP, 2002.
- RIBEIRO, Vera M. M. (Org. e texto final). *Educação de Jovens e Adultos – ensino fundamental: proposta curricular 1º segmento*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.
- SESC Nacional. *Diretrizes para a orientação pedagógica do Projeto SESC LER*. Rio de Janeiro: SESC Nacional; São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- SESC Nacional. *Proposta Pedagógica do SESC LER*. Rio de Janeiro: SESC Nacional; São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- SESC Nacional. *Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: SESC Nacional, 2000.
- SOARES, Leôncio. *Educação de Jovens e Adultos (Diretrizes Curriculares Nacionais)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- TORRES, Rosa Maria. *Que (e como ensinar) é necessário aprender: necessidades básicas de aprendizagem e conteúdos curriculares*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- VÓVIO, Cláudia Lemos & GHANEM, Elie. *Conseqüências de uma concepção de educação básica na formação de seus educadores*. Pátio. Porto Alegre: Artmed. Número 28, p. 42-45, nov 2003-jan. 2004.